

Análise da Produção Cafeeira na Região de Cacoal, Sul de Rondônia, Brasil: O Diferimento do ICMS e a Teoria Econômica Institucional

ROGÉRIO SIMÃO

Professor do Curso de Ciências Contábeis

Universidade Federal de Rondônia, Cacoal/RO/Brasil

SIMONE MARIA GONÇALVES DE OLIVEIRA ULIAN

Professora do Curso de Direito

Universidade Federal de Rondônia, Cacoal/RO/Brasil

LORIVAL DIONATAN DO PRADO SOARES

Bacharel em Ciências Contábeis (BSc)

Universidade Federal de Rondônia, Cacoal/RO/Brasil

Resumo:

O Diferimento do ICMS na comercialização do café em grãos enquanto instrumento de controle para a administração pública assume papel fundamental no mercado por desobrigar os produtores de recolher o tributo e de cumprir as obrigações acessórias quando comercializam sua produção, adiando-os para as próximas etapas. Diante disso, e com base na Teoria Institucional, que estuda a relação entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais e coletivos dentro de uma sociedade, esse trabalho teve como objetivo analisar a produção cafeeira do município de Cacoal com vistas ao diferimento do ICMS. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e Ex-post facto, utilizando-se da coleta de dados por meio de entrevista com os produtores e empresários localizados no município de Cacoal/RO, entre agosto e setembro de 2019. Os resultados obtidos evidenciaram indícios de path dependence e isomorfismo no cultivo do café, verificados a partir da dependência dos aspectos da produção atual às medidas adotadas no decorrer dos anos. Porém verificou-se que a presença de path dependence e isomorfismo na cafeicultura cacoalense independe do diferimento do ICMS, haja vista que vários fatores ao longo dos anos influenciaram nesse processo.

Palavras-chave: Produção cafeeira. Diferimento do ICMS. Teoria Institucional. Isomorfismo. *Path Dependence*.

1 INTRODUÇÃO

A produção mundial de café (*Coffea*) é de aproximadamente 10,2 milhões de toneladas do grão por ano, das quais 3,7 milhões de toneladas são produzidas no Brasil que é o maior produtor e exportador do produto no mundo, título que carrega há quase 150 anos. Entre os estados da federação, Rondônia está entre os maiores produtores do país, responsável por aproximadamente 118,7 mil toneladas de café por ano. Nesse aspecto, o município de Cacoal figura como um importante produtor cafeeiro dentro do estado, com uma produção média de 15 mil toneladas do grão por ano (EMATER, 2015; CONAB, 2018; OIC, 2018). A comercialização dessa produção movimenta a economia do país, gerando empregos e arrecadação de tributos. Um exemplo dessa arrecadação tributária está no imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), o qual é responsável por cerca de 80% da arrecadação dos Estados, representando aproximadamente 6,72% do produto interno bruto (PIB) do país em 2017 (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2017).

Por se tratar de um imposto de responsabilidade estadual, o ICMS é regido por um regulamento próprio de cada estado, o que torna possível a concessão de incentivos e benefícios a respeito do imposto, que pode ser especificado por tipo de produto ou por operação. A concessão desses benefícios fiscais pela administração pública acontece com o intuito de manter a economia estabilizada ou até mesmo de fomentar determinada área econômica, cumprindo assim as funções econômicas do estado que visam promover ajustes na alocação de recursos, na distribuição de renda e riqueza, e também na manutenção da estabilidade econômica (COUTINHO; MONASSA, 2014).

No estado de Rondônia, o regulamento do ICMS traz alguns benefícios e incentivos fiscais, como o benefício fiscal do Instituto do Diferimento do ICMS na comercialização de grãos dentro do estado. Esse benefício concedido pela administração pública, consiste na postergação do dever tributário incidente sobre as operações realizadas com café, soja e milho em grãos no presente para etapa ou etapas

posteriores, assumindo assim o destinatário do produto a condição de sujeito passivo. Não se trata, portanto, de isenção, nem da não incidência tributária e sim da postergação do lançamento e do pagamento do imposto para situação futura (MACHADO, 2010; COUTINHO; MONASSA, 2014).

A Teoria Econômica Institucional estuda a relação entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais e coletivos dentro de uma sociedade. Essa interação humana é moldada pela sociedade através das Instituições, que são consideradas como as regras do jogo em uma sociedade. As Instituições são classificadas em restrições formais e informais, que podem ser caracterizadas, respectivamente, como sendo as normas, leis, constituições e como as normas de comportamento, convenções, códigos de conduta e os comportamentos auto impostos pela sociedade (NORTH, 1994).

As regras do jogo podem ser moldadas ou modificadas com o passar do tempo. A evolução histórica das instituições que apresentam características e comportamentos específicos pode ser explicada por meio da *Path Dependence* (dependência da trajetória), a qual diz que os resultados obtidos dependem de escolhas ou eventos intermediários ocorridos entre as condições iniciais e os resultados, não sendo determinados particularmente pelas condições iniciais (DAVID, 1998; GOLDSTONE, 1998; HANSEN, 2002).

Outro meio para explicar as mudanças institucionais se dá a partir do Isomorfismo, que segundo Vasconcelos e Vasconcelos (2002), ocorrem quando as organizações são forçadas a repetir as práticas e estruturas de outras. Nessa mesma perspectiva, o isomorfismo mimético ocorre em situações de incerteza, situações que as organizações se encontram fortemente limitadas para estabelecer novas práticas, onde se torna mais simples a imitação de práticas que já foram utilizadas em outras organizações.

Logo, o benefício fiscal do instituto do diferimento concedido aos produtores rurais nas operações com café em grãos dentro do estado de Rondônia, pode ser visto como a tentativa de criação de uma instituição por parte da organização administrativa do estado, com o intuito de estabilizar ou até mesmo de incentivar essa importante área da economia rondoniense.

Nesse contexto, a presente pesquisa procurou responder ao seguinte questionamento: a concessão do benefício fiscal Instituto do

Diferimento do ICMS pela administração pública foi percebida pelos produtores de café no município de Cacoal do ponto de vista da teoria econômica institucional?

Portanto, este trabalho teve como principal objetivo analisar a produção cafeeira no município de Cacoal com vistas ao instituto do diferimento do ICMS e a teoria econômica institucional. Para atingir o objetivo principal foi necessário: descrever a produção cafeeira do município de Cacoal quanto aos seus aspectos econômicos e técnicos; verificar indícios de isomorfismo e *path dependence* na produção e comercialização do café em grãos e apontar como a presença do ICMS pode ser percebida pelos produtores de café.

A abordagem dessa pesquisa terá aspecto qualitativo e para alcançar seu objetivo adotou-se procedimentos exploratórios e descritivos, por meio de questionamentos e entrevistas junto aos produtores e comerciantes do ramo cafeeiro. Já em relação aos procedimentos técnicos a pesquisa classifica-se como pesquisa bibliográfica e *Ex-post facto*. O método utilizado é o dedutivo, que de acordo com a sua acepção clássica, é o método que parte de premissas gerais para o caso particular.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para subsidiar o alcance dos objetivos da pesquisa foram abordados os seguintes itens na fundamentação teórica: Produção cafeeira; Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços; Incentivos e benefícios fiscais; Teoria institucional.

2.1 PRODUÇÃO CAFEIRA

O café (*Coffea*) foi descoberto no nordeste do continente africano, mais especificamente na Etiópia, por volta do ano de 575, por um pastor de ovelhas, ao observar o efeito excitante que as folhas e os grãos da planta causavam em seu rebanho, porém, o domínio da preparação do produto e das técnicas de plantio se deu aos árabes, onde a primeira região a receber as sementes da planta foi o Iêmen. Chegar ao processo de torrefação foi outro passo importante para a popularização do café no mundo, mas esse processo só foi desenvolvido no século XIV, na Pérsia, quando o grão foi torrado pela primeira vez, adquirindo a forma e o sabor que conhecemos. A etapa seguinte foi a produção comercial do

café, os árabes cultivavam o café em terras com a irrigação dos poços locais, o que fez com que eles tivessem o controle sobre a produção em escala comercial, fazendo com que eles mantivessem o monopólio do produto até o século XVI (MARTINS, 2012).

O continente europeu passou a saborear o grão a partir de 1615, quando o café foi levado por viajantes depois de suas incursões ao Oriente. Em 1699, o interesse europeu pela bebida fez com que os holandeses contrabandeassem os frutos frescos, a fim de iniciar as plantações em suas colônias na Ásia. Já os franceses iniciaram suas plantações nas ilhas de *Sandwich* e *Bourbon*, após serem presenteados um pé de café. De lá, as mudas da planta foram trazidas pelos europeus para suas colônias na América Latina (MARTINS, 2012).

Segundo dados divulgados pela Organização Internacional do Café (OIC) (2018), a produção mundial de café no ano de 2018 foi de aproximadamente 10,2 milhões de toneladas do grão. O Brasil é responsável por um terço dessa produção, cerca de 3,7 milhões de toneladas, liderando o ranking dos países produtores há quase 150 anos, seguido pelo Vietnã, Colômbia, e Indonésia que juntos somam uma produção de aproximadamente 3,3 milhões de toneladas. A produção comercial do café no mundo é constituída basicamente por duas espécies que são: *Coffea arábica* e *Coffea canephora*. O café *arábica* detém diversas variações, por exemplo, o café *Bourbon*, café *Catuai*, café *Acaiá*, já o café *canephora* produz a variedade *conillon*. No Brasil, são produzidas as duas espécies do café, sendo aproximadamente 77% da produção total do tipo arábica e 23% da produção do tipo robusta na variedade conilon (OIC, 2018).

A chegada do café no Brasil ocorreu em 1727, séculos após sua descoberta, trazido pelas mãos do sargento-mor Francisco de Mello Palheta. Ele teria recebido a missão do governador do Maranhão e Grão Pará de visitar a Guiana Francesa e conseguir uma muda do fruto, devido ser um produto de alto valor comercial na época. E ao fim da viagem, após ter conquistado a confiança da esposa do governador da capital da Guiana Francesa, ela lhe ofereceu uma muda de café arábica, muda essa que ele trouxe escondida na bagagem para Belém do Pará (CECAFE, 2019; MARTINS, 2012).

De acordo com o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (2019), o cultivo do café logo se espalhou para outros Estados, devido às condições climáticas do Brasil serem favoráveis. As grandes plantações

tiveram o seu ponto de partida na mata da Tijuca no Rio de Janeiro, onde se estenderam para Angra dos Reis e Paraty também no Rio de Janeiro, chegando a São Paulo pela cidade de Ubatuba. Pouco tempo depois os cafezais ocuparam outras áreas de São Paulo como Vale do Paraíba, Campinas e a região de Ribeirão Preto, estendendo-se para os Estados de Minas Gerais e Paraná.

O café impulsionou o desenvolvimento econômico do Brasil, em especial, o Estado de São Paulo, que construiu novas ferrovias, a Sorocabana e a Mogiana, para transportar a mercadoria para o Porto de Santos. Em 1830 o grão era o principal produto das exportações brasileiras. Porém no ano de 1870 a cafeicultura na região centro-sul do Brasil começou a ter dificuldades, quando uma grande geada atingiu as plantações localizadas no oeste Paulista provocando prejuízos incalculáveis. Em 1929, quase 60 anos mais tarde, a cafeicultura sofreu um novo abalo, que foi a quebra da Bolsa de Nova York obrigando o governo federal a queimar milhões de sacas de café para evitar uma crise ainda maior. Depois desse episódio, as lavouras cafeeiras se restabeleceram em Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e hoje estão presentes em 15 Estados do Brasil (MARTINS, 2012).

O consumo mundial de café no ano de 2018 ultrapassou 9,6 milhões de toneladas. Entre as principais nações consumidoras estão Estados Unidos, Indonésia, Alemanha, Brasil e Japão. Em 2018, o Brasil ocupou a posição de líder em relação ao consumo do café, posto que era ocupado anteriormente pelos Estados Unidos. Além de ser o maior consumidor, o Brasil ocupa, há mais de 150 anos o posto de maior produtor de café. E mais da metade da produção é destinada à exportação (OIC, 2018).

Conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a cafeicultura brasileira, em relação às questões sociais e ambientais, é uma das mais exigentes do mundo pela preocupação em assegurar a produção do café sustentável. As leis brasileiras são as mais rigorosas entre os países produtores de café, são leis que respeitam todas as pessoas envolvidas na cafeicultura e a biodiversidade, porém, punem rigorosamente qualquer tipo de trabalho escravo e infantil nas lavouras (MAPA, 2018).

Os migrantes vinham para Rondônia ganhavam um pedaço de terra, e logo iniciavam o plantio de lavouras perenes. O café foi um dos produtos que por meio da geração de empregos diretos e indiretos

promoveu o desenvolvimento regional. Foi neste período que a cafeicultura foi introduzida na região, trazida por agricultores migrantes do Nordeste, Sul e Sudeste brasileiro. Os projetos de colonização implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA em 1970 deram início ao ciclo econômico agropecuário, tornando-se a principal fonte econômica de Rondônia (OLIVEIRA, 2004; EMATER, 2009).

A cafeicultura rondoniense está num processo gradativo de substituição das lavouras antigas com baixa tecnologia, por lavouras novas. Essas lavouras são de cafés clonais, com um ótimo apoio tecnológico, cujos índices de produtividades têm melhorado ano após ano, transformando o perfil do cafeicultor do estado. Nas regiões do estado que são tradicionalmente produtoras, a renovação das lavouras anteriormente ocupadas com café comum, pelo do tipo clonal já alcança em alguns municípios 40% da área plantada. Aspectos muito próximos dos observados em Minas Gerais, onde aproximadamente 50% do parque cafeeiro é composto por lavouras novas ou replantadas, as quais não ultrapassam 10 anos (PAIVA, 2013).

Essas mudanças no parque cafeeiro decorrem de uma série de fatores, como por exemplo os incentivos concedidos pelo governo, mais acesso a informação por parte dos produtores, novas tecnologias aplicadas nas lavouras, destacando-se entre esses fatores os serviços de extensão rural voltadas para o pequeno agricultor, devido à produção no estado ser caracterizada em sua grande maioria por produção familiar em pequenas propriedades espalhadas pelos municípios (CONAB, 2018).

O estado de Rondônia está entre os maiores produtores de café do Brasil, responsável por 3,2% da produção brasileira em 2018, percentual equivalente a 118,9 mil toneladas, um aumento de 2,1% em relação à safra do ano anterior. A cafeicultura rondoniense alcançou a produtividade de 1,9 toneladas por hectare em 2018, um aumento de 18,6% em comparação com a safra de 2017. Já a área de produção do café no ano de 2018 diminuiu em comparação com o ano anterior, passando de 74,25 mil hectares em 2017 para 63,88 mil hectares em 2018, uma redução de 14% em área de produção (CONAB, 2018).

A maior parte da produção cafeeira de Rondônia está situada nas regiões central e centro-norte do estado, destacando-se como os maiores produtores os municípios de Cacoal, Ministro Andreazza, São

Miguel do Guaporé, Nova Brasilândia D'Oeste, Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Machadinho D'Oeste e Buritis. No ano de 2014 cada um destes municípios produziu mais de 6 mil toneladas de café. As produções desses seis municípios juntos representaram mais de 60% da produção total do Estado (OLIVEIRA; ARAUJO, 2015).

Dentre os principais municípios produtores de café do estado de Rondônia, o município de Cacoal está em primeiro lugar no ranking dos municípios produtores do estado, produzindo em 2015, aproximadamente 14,9 mil toneladas de café, uma produtividade média de 1,3 toneladas por hectare, seguido por Alta Floresta D'Oeste que produziu pouco mais de 13,5 mil toneladas do grão (CONAB, 2018; EMATER, 2015; MARTINS, 2012).

O governo do estado, em parceria com algumas empresas privadas, realiza anualmente o Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café de Rondônia (Concafé), que teve início no ano de 2016. O concurso tem por objetivo, segundo os organizadores, aumentar a produção de grãos e melhorar ainda mais a qualidade do produto no estado. Desde a criação desse concurso, o Município de Cacoal recebeu o prêmio de melhor café do estado três vezes consecutivas, premiações que só reforçam o título de “Capital do Café”, que está destacado na entrada da zona urbana do município e o no nome de seu aeroporto (ADERBAL, 2018; PERIN, 2018).

2.2 IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

Assim como todos os tributos instituídos no Brasil, o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), encontra seu marco normativo fundamental na Constituição Federal, mais especificamente no art. 155, II. A regulamentação do ICMS aconteceu em 1996, através da Lei Complementar 87/1996, mais conhecida como “Lei Kandir”, que posteriormente foi alterada pelas Leis Complementares 99/1999 e 102/2000. Segundo Sabbag (2013), Crepaldi e Crepaldi (2014) a função do ICMS é fiscal, podendo ser considerado o principal meio de arrecadação para os cofres dos Estados e Distrito Federal, representando cerca de 80% da arrecadação dos Estados. No ano de

2017 o ICMS representou 6,72% do produto interno bruto (PIB) do país (RECEITA FEDERAL, 2017).

Conforme o que dispõe o texto constitucional no art. 155, o ICMS é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal, cujo fato gerador é a circulação de mercadorias e serviços. Por ser um imposto de responsabilidade estadual, é regido por um regulamento próprio de cada estado, tornando-se possível conceder incentivos, benefícios e até penalidades pela sua má utilização, ainda pode ser especificado por tipo de produto ou por operação (BRASIL, 1998).

As principais características do ICMS, tão importante para a arrecadação dos estados, são: a não cumulatividade e a seletividade. A não cumulatividade significa que o contribuinte poderá compensar o valor devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviço com o total cobrado nas operações anteriores. Já a seletividade diz respeito ao fato do ICMS ser seletivo de acordo com a indispensabilidade das mercadorias e serviços, ou seja, fica a cargo do estado escolher sobre quais produtos incidirá alíquotas maiores, ou benefícios fiscais (BRASIL, 1998).

De acordo com as competências dadas pela Constituição Federal aos Estados para tratar do ICMS, foi criado pela Lei nº 688/96 e regulamentado pelo DECRETO Nº 8321, DE 30 DE ABRIL DE 1998, redigido atualmente pelo DECRETO N. 22.721/2018 o Regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (RICMS) do estado de Rondônia.

O RICMS/RO traz mecanismos que buscam auxiliar o governo nas suas funções institucionais, que consistem no dever de o governo cuidar do aparelho jurídico institucional e das relações contratuais entre os membros da sociedade evitando conflitos e prejuízos à própria sociedade, e também auxiliar nas funções econômicas do governo, que buscam promover ajustes na alocação de recursos, na distribuição de renda e na riqueza, e a manutenção da estabilidade econômica. A função estabilizadora da economia exercida pelo governo através de instrumentos macroeconômicos visa garantir a estabilidade do processo econômico, haja vista que o mercado não pode desempenhar todas as funções econômicas sozinho (PARANAIBA, 2012; CREPALDI; CREPALDI, 2013).

Diante disso, o regulamento do ICMS de Rondônia traz mecanismos que visam o desenvolvimento econômico da região conforme a figura 1.

Benefícios fiscais	Conceitos
Isenção	É a dispensa do pagamento de um tributo devido em face da ocorrência de seu fato gerador. (STF, (ADIn) nº 268/90)
Diferimento	Ocorre o diferimento nos casos em que o lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação forem transferidos para etapa ou etapas posteriores. (Art. 5º lei 688/96)
Suspensão	Ocorre a suspensão nos casos em que a incidência do imposto fique condicionada a evento futuro (Art. 6º lei 688/96)
Redução da base de cálculo	Ocorre uma redução da base de cálculo do tributo, visando a uma redução da carga tributária (CREPALDI; CREPALDI, 2013).
Crédito presumido	Refere-se à redução da base de cálculo do imposto ocasionando uma redução no recolhimento do imposto (CREPALDI; CREPALDI, 2013).

Figura 1 – Incentivos e Benefícios fiscais RICMS/RO

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei nº 688/96; STF,ADIn nº 268/90; Crepaldi e Crepaldi, 2013.

Os mecanismos se encontram no art. 5º do RICMS/RO, onde o regulamento diz que “As isenções, incentivos e benefícios do imposto serão concedidos e revogados mediante deliberação com os demais Estados, nos termos da alínea “g”, do inciso XII, do § 2º, do artigo 155 da Constituição Federal”. Assim, a concessão desses incentivos fiscais listados no art. 5º do regulamento, são importantes instrumento que o governo adotou para promover o desenvolvimento econômico e social do estado, a partir do estímulo à atividade empresarial (RICMS/RO, 2018). Os benefícios fiscais são considerados incentivos disponibilizados pelas Unidades Federativas aos contribuintes, a fim de incentivá-los a instalar seus empreendimentos ou comercializar sua produção nesses locais. Os benefícios e incentivos fiscais são aqueles que são concedidos pela administração pública e que promovem uma indução do comportamento dos agentes econômicos que se sujeitam a ele. Diante disso, temos que incentivo fiscal é o benefício tributário que estimule os agentes a agir de determinada forma, objetivando a atingir um alvo econômico ou social previamente definido (PARANAIBA, 2012).

Segundo Dagostim (2011) os benefícios fiscais têm como característica a de trazer aos contribuintes qualquer vantagem tributária, ocasionadas por qualquer tratamento diferenciado aplicado aos impostos. Desse modo, o instituto do diferimento é para o estado e sua administração tributária um dos principais benefícios fiscais concedidos pela administração pública, o qual tem como característica o controle do imposto sobre a circulação de mercadoria e serviços.

2.3 DIFERIMENTO DO ICMS

O instituto do diferimento aplicável ao ICMS encontra-se na Lei Complementar nº 87/96, conhecida também como “Lei Kandir”, que é a fonte mediadora dos diversos regulamentos estaduais e competente para definir os procedimentos adotados para realizar a cobrança do referido imposto (SABBAG, 2013).

Desse modo, o instituto do diferimento diz respeito às situações em que o dever tributário do ICMS, que incide sobre determinada operação realizada no presente, é transferido para etapa ou etapas posteriores, de modo que o destinatário do produto assume a condição de sujeito passivo por substituição (COUTINHO; MONASSA, 2014)

Nessa mesma perspectiva, o diferimento significa adiar, passar para uma data ou momento posterior, o pagamento do imposto cujo fato gerador ocorreu no presente, esse benefício geralmente é aplicado aos impostos plurifásicos não cumulativos, não se tratando de isenção, nem da não incidência tributária e sim de adiamento para situação futura (MACHADO, 2010).

Conforme o disposto na Lei 688/96, o diferimento do ICMS é a postergação para etapa ou etapas posteriores do lançamento e do pagamento do imposto devido sobre determinada operação ou prestação. O diferimento é para o Estado e sua administração tributária um dos mais importantes mecanismos de controle e racionalização do ICMS, tornando possível, em determinadas condições, concentrar o imposto de centenas e até milhares de contribuintes em um só. É por exemplo o que ocorre com as operações com milho, soja, madeira, café e outros produtos primários. Pois seria extremamente complicado para o Estado se cercar de pessoal e recursos para fiscalizar todos os produtores. Assim, aplica o diferimento, desonerando aquela etapa primária, concentrando o imposto nas siderúrgicas, nas indústrias de laticínios e nas de torrefação e moagem de café. Reunindo, assim, o

tributo no produto final e em poucos contribuintes, simplificando a cobrança e fiscalização do imposto (MACHADO, 2010; COUTINHO; MONASSA, 2014; RICMS/RO, 2018).

Em Rondônia, aplica-se o instituto do diferimento nos casos previstos no Anexo III do RICMS/RO, ressalvadas as regras específicas previstas no regulamento. A aplicação do diferimento do ICMS implica a regularidade do contribuinte quanto à emissão e à escrituração de documentos e livros fiscais e, quando devido, o recolhimento do imposto nos prazos previstos na legislação tributária. A aplicação do diferimento nas operações com o café em grãos está inclusa nessa disposição trazida pelo regulamento do imposto no estado, afetando diretamente os produtores rurais que cultivam o grão, os quais deixam de pagar o imposto sobre a circulação de mercadoria no momento da venda de sua produção para as empresas de moagem e torrefação de café, transferindo, assim, para as etapas seguintes o imposto que seria devido anteriormente (RICMS/RO, 2018).

A concessão da postergação do imposto para etapas seguintes se estende também para as empresas que possuem o regime especial de deferimento. No estado de Rondônia esse regime especial de controle está previsto no art. 48, parte 2 do anexo X do RICMS/RO, o referido regime busca a manutenção do instituto do diferimento nas operações com café, madeira, milho e soja em grãos, a continuidade do instituto do diferimento pelo regime especial se dará nos casos em que o remetente da mercadoria seja uma empresa, e como destinatário esteja o beneficiário do referido regime especial (RICMS/RO, 2018).

2.4 TEORIA INSTITUCIONAL

A Teoria Institucional estuda a relação entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais e coletivos dentro de uma sociedade (NORTH, 1994). Para Batista (2016) a Teoria Institucional deriva de instituição e do termo institucionalizar, que é necessariamente oficializar normas e comportamentos. Na prática, significa transformar crenças em regras de conduta ou transformar o amador em profissional. Destaca-se ainda que as organizações podem ceder às culturas locais, que ao mesmo tempo podem profissionalizar as práticas e os indivíduos, levando em consideração as trocas informais do campo organizacional, porém, nunca esquecendo os objetivos formais da organização.

North (1990) expõe em sua obra um marco analítico para explicar como as instituições e as mudanças institucionais afetam a economia. De modo que as instituições existem devido à incerteza que resulta da interação humana, sendo consideradas como as regras do jogo em uma sociedade, ou de uma forma mais formal, são caracterizadas como as restrições humanamente criadas pela sociedade que moldam a interação humana. Em consequência, elas estruturam os incentivos na troca humana, seja na esfera econômica, política ou social. A maneira como as sociedades evoluem ao longo do tempo, pode ser moldada pelas mudanças institucionais, caracterizadas como a chave para a compreensão da mudança histórica (NORTH, 1990).

As instituições são caracterizadas como as regras do jogo criadas humanamente pela sociedade para moldar a interação entre os seres humanos, North as classifica em duas categorias que são as restrições formais ou também chamadas regras formais, que podem ser caracterizadas como as regras, leis, constituições, e também podem ser classificadas em restrições informais definidas como as normas de comportamento, convenções, códigos de conduta auto impostos e suas características em fazê-las cumprir. A estrutura de incentivo de uma sociedade é formada pelas instituições, e os fundamentos determinantes da performance econômica é consequência das instituições políticas e econômicas. (NORTH, 1994).

Para Parada (2003) as organizações são os principais agentes de uma sociedade, podendo ser caracterizadas como sendo grupos de indivíduos relacionados por alguma identidade comum em direção a certos objetivos. Portanto, são as instituições que determinam as organizações e, ao mesmo tempo, a evolução das instituições são afetadas por essas organizações.

Ao fazer uma análise da matriz institucional de North, Bueno (2004) mostra alguns aspectos interessantes que ajudam a entender melhor a definição da matriz institucional. Em determinado tempo a matriz institucional de uma sociedade é constituída de regras e normas tanto formais quanto informais e também pelas instituições que garantem a aplicação dessas regras. Ressalta-se que a evolução dessa matriz, ao longo do tempo se dá principalmente em razão das restrições comportamentais informais isto porque, em última instância, são elas que dão legitimidade às regras formais e estão sujeitas a um processo

muito mais gradual de evolução por implicarem rendimentos crescentes.

Outro conceito importante da teoria institucional é a dependência da trajetória (*path dependence*), que segundo Bernardi (2012) teve seu conceito popularizado através dos trabalhos de Brian Arthur e Paul A. David, cujas análises se destacaram pelas críticas realizadas a respeito das premissas de eficiência da teoria econômica neoclássica. Nesse sentido, a dependência da trajetória é o “processo baseado em eventos aleatórios e feedbacks positivos naturais” (ARTHUR, 1990, p.94).

Contudo, é importante salientar que foram apresentados ao longo da história por outros autores, vários conceitos para a *Path dependence*, como por exemplo: David (1998), que diz que *Path Dependence* faz referência à propriedade de um processo dinâmico contingente e não reversível, que por sua vez acaba incluindo um amplo conjunto de processos sociais e biológicos que podem ser corretamente descritos como evolucionários. Já Goldstone (1998), classifica *Path Dependence* como sendo um modelo de pesquisa histórica, ou seja, a propriedade de um sistema no qual os resultados, obtidos a longo prazo, não são determinados em particular por condições iniciais, os resultados dependem das escolhas ou de eventos intermediários ocorridos entre a condição inicial e o resultado. Mas para Hansen (2002) a dependência da trajetória não pode ser definida meramente como sendo o entendimento de que decisões e eventos de hoje são, em linhas gerais, apenas o produto de decisões e eventos que ocorreram em momentos anteriores.

Podendo ocorrer segundo Hoff (2010), sempre que um sistema apresentar resultados que estejam ligados de forma aleatória a condições iniciais, mas que por outro lado os resultados obtidos em um momento específico do funcionamento do sistema dependam das escolhas feitas em períodos intermediários, ou seja, ocorridos entre a condição inicial e o próprio resultado observado.

Nesse sentido, a Teoria Institucional aparece como uma tentativa de focar na análise dos elementos dos sistemas culturais a estrutura e ações das organizações. Em outras palavras, ela assume as organizações no ambiente com entidade simbólica através do isomorfismo, que pode ser dividido em três mecanismos distintos:

Isomorfismo coercitivo, isomorfismo normativo e o isomorfismo mimético.

O isomorfismo coercitivo resulta de pressões formais e informais que são exercidas sobre as organizações por outras das quais elas dependem, e também pelas expectativas culturais da sociedade. Essas pressões podem ser sentidas pelas organizações como coerção, persuasão ou como um convite para se unirem as mudanças. Podendo a mudança organizacional ser uma resposta direta a ordens governamentais. Já o isomorfismo normativo é derivado principalmente da profissionalização, que pode ser interpretada como sendo a luta coletiva de vários membros de uma determinada profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho ou também para controlar a produção dos produtores (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

No isomorfismo mimético, a incerteza constitui uma força poderosa que encoraja a imitação. Quando as tecnologias organizacionais são insuficientemente compreendidas, quando as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica, as organizações podem vir a tomar outras organizações como modelo (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Segundo Brandt (2010), o isomorfismo mimético pode ser entendido como sendo um conjunto de restrições que forçam uma determinada organização a se parecer com outras que estão inseridas em um mesmo conjunto de condições ambientais. Já Venard (2009) vai um pouco além quando define isomorfismo organizacional como sendo a tendência observada entre organizações de possuírem ações semelhantes entre si.

Para Vasconcelos e Vasconcelos (2002), os modelos predominantes de comportamento das organizações estão inseridos em um fenômeno geral, que é chamado de isomorfismo estrutural, ou seja, esse isomorfismo é a tendência à influência de certas estruturas e formas organizacionais em um determinado setor institucional, em um dado momento. O autor ainda completa dizendo que quando as organizações copiam as práticas e estruturas das organizações líderes, por acreditarem que elas sejam as mais adequadas ou porque sejam associadas a prestígio, ocorre o que por ele é denominado isomorfismo mimético.

O isomorfismo mimético ocorre como resultante de respostas iguais com relação a situações de incerteza a partir da imitação de decisões de outras organizações, consideradas como referências no meio

onde as organizações estão inseridas ao entender que esta conduta se encontra no pilar cognitivo cultural, tendo como base para a aceitação a noção de um comportamento conceitualmente aceito pelos semelhantes como correto (OYADOMARI et al, 2008).

Batista (2014) diz que o isomorfismo mimético “se dá quanto às tecnologias organizacionais são pobres, os objetivos são imprecisos, o ambiente é incerto conduzindo as organizações a copiarem práticas de outras”. Ele ocorre quando os dirigentes acabam imitando estratégias e estruturas implantadas pelos concorrentes, objetivando reduzir o risco da incerteza causada por problemas tecnológicos e objetivos conflitantes, para que possam atingir o sucesso conquistado por seus concorrentes (KELM; RENZ; ALLEBRANDT; SAUSEN, 2014).

3 METODOLOGIA

Um estudo científico pode ser classificado em vários aspectos diferentes de acordo com os objetivos da pesquisa, no entanto a forma mais encontrada consiste em classificar a pesquisa quanto à natureza, quanto à forma de abordagem do problema, quanto aos objetivos da pesquisa e quanto aos procedimentos técnicos adotados. Nessa perspectiva, esse trabalho pode ser classificado da seguinte forma:

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada. Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como qualitativa, visto que se fundamentou principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se por não ter utilizado instrumentos estatísticos na análise dos dados. Visando entender, descrever e explicar os fenômenos através da análise de experiências individuais e grupais, baseando-se no pressuposto de que a realidade pode ser vista sob múltiplas perspectivas (GIL, 2019).

Já em relação à classificação da pesquisa quanto aos objetivos, a presente pesquisa classifica-se como exploratória, pois, segundo Gil (2019) esse tipo de pesquisa objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, visando torná-lo mais entendível ou ajudar na criação de hipóteses. É o que acontece com a teoria econômica institucional na produção e comercialização do café no estado de Rondônia.

Quanto aos procedimentos, esse trabalho classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois foi elaborada na etapa inicial a partir de

material já publicado, em livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet com o objetivo de obter as informações e dados que foram usados de base ao alcance dos objetivos propostos e em *Ex-post facto*, pois buscou evidências de variáveis das quais não se tem o controle, visto que já ocorreram, impossibilitando, portanto, um estudo experimental (GIL, 2019).

O método que atendeu as necessidades dessa pesquisa de acordo com o objeto a ser estudado, foi o método dedutivo, pois se baseia em princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis possibilitando chegar a conclusões em virtude unicamente de sua lógica, do geral para o particular, permitindo assim concluir, de forma diferente, a mesma coisa (MARCONI; LAKATOS, 2019). Diante disso, a pesquisa se baseia nas ideias apresentadas pela teoria econômica institucional, que visa identificar fatores que influenciaram na evolução das organizações. Assim, a teoria foi utilizada para identificar os efeitos causados pelo diferimento na produção e comercialização cafeeira no município de Cacoal.

A presente pesquisa foi aplicada em propriedades rurais no município de Cacoal mais especificamente na Linha 10, glebas 09 e 10 e em empresas cacoalense do ramo cafeeiro. A amostra da pesquisa foi composta por 20 produtores rurais que cultivam café na sua propriedade, selecionados intencionalmente de acordo com a aglomeração dos produtores e 05 empresários que comercializam café em grãos, selecionados de forma não aleatória.

A coleta de dados com os produtores rurais foi realizada através de roteiro semiestruturado contendo 12 perguntas aplicado de uma única vez no dia 13 de agosto de 2019 por meio de entrevista aos produtores rurais da amostra. Já a coleta de dados com os empresários do ramo cafeeiro foi realizada por meio de entrevista com roteiro semiestruturado contendo 06 perguntas que foram aplicados no mês de setembro de 2019.

Desse modo, após a coleta dos dados foi realizado a análise e interpretação dos mesmos. Segundo Gil (2019) a análise consiste em organizar e sumarizar os dados de uma forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto. Já em relação a interpretação dos dados o autor diz que ela procura dar um sentido mais amplo as respostas, a qual é feito através da ligação das respostas a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão abordados os resultados obtidos e a análise e discussão dos mesmos. As temáticas trabalhadas a seguir serão discutidas seguindo os objetivos propostos para a pesquisa, ou seja, descrever a produção cafeeira do município de Cacoal quanto aos seus aspectos econômicos e técnicos; verificar indícios de isomorfismo e *path dependence* na produção e comercialização do café em grãos e apontar como a presença do ICMS pode ser percebida pelos produtores de café. A pesquisa mostrou um parque cafeeiro em renovação no município de Cacoal, haja vista que são poucas as lavouras com mais de 10 anos de idade, onde foi verificado que a soma das lavouras recém-plantadas e aquelas que estão produzindo há no máximo 10 anos, chega a 85% das lavouras, enquanto que os outros 15% são de lavouras antigas. Os resultados aqui obtidos assemelham-se muito com os apresentados no estudo realizado em alguns municípios do estado de Minas Gerais, onde aproximadamente 50% do parque cafeeiro era composto por lavouras novas ou replantadas, as quais não ultrapassavam 10 anos (PAIVA, 2013).

Segundo a Conab (2019) em Rondônia a cafeicultura está adotando um novo padrão de produção, que consiste em lavouras exclusivamente de café do tipo Conilon, o qual utiliza de um material genético mais produtivo (café clonal), que por sua vez acaba demandando menor área para o aumento da produção. Em conformidade com os dados apresentados pela Conab, verificou-se que 100% dos produtores entrevistados cultivam o café do tipo Conilon, sendo que 85% das lavouras utilizam o café clonal que é mais produtivo e o restante trata-se de lavouras antigas formada por café seminal, foi constatado também que em 100% das propriedades a colheita dos grãos é feita de forma manual sem o auxílio de máquinas agrícolas.

Foi verificado que a irrigação está presente em 65% das lavouras, porém, pode-se observar que o melhoramento das mudas está presente em 92,3% das lavouras que utilizam de sistemas de irrigação, fato que contribui para o aumento da produtividade das lavouras.

Já a área destinada ao plantio do café nas propriedades varia de 1,2 a 16,8 hectares (ha), apresentando uma média de 4 hectares por propriedade, verificou-se também que a produção das lavouras varia de 0,3 a 31,8 toneladas de café por ano e a média dessa produção é de 7

toneladas, fato que resulta em uma produtividade média de 1,7 toneladas por hectare, aproximando-se da produtividade média nacional que gira em torno de 2 toneladas por hectare (CONAB, 2019). Vale ressaltar que somente 35% dos entrevistados na pesquisa tem uma produção anual maior que 6 toneladas, os outros 65% dos entrevistados são pequenos produtores. Um resumo dos aspectos do parque cafeeiro cacoalense com base nas respostas dos produtores rurais participantes da pesquisa pode ser visto na Figura 2.

Variáveis	Resultados
Tempo de cultivo	Varia de 1 a 15 anos
Participam de associação	25% dos entrevistados
Área plantada (média)	4 hectares por propriedade
Produção (média)	7 toneladas por propriedade
Variedade do café	100% café conilon
Técnica de plantio	85% utilizam o café clonal
Técnica de colheita	100% colheita manual
Tecnologia de melhoramento	65% utilizam irrigação

Figura 2 – Aspectos do parque cafeeiro cacoalense.

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

O aumento da produção média em comparação com a safra de 18 anos atrás em Rondônia, foi estimulada principalmente pelo processo de renovação das lavouras com clones altamente produtivos e também pelo melhor manejo da cultura, especialmente em relação a sua adubação e irrigação, utilizando essa última técnica no período da estiagem para evitar a perda da floração e uniformizar a floração e a produção da lavoura (OLIVEIRA; ARAUJO, 2015; CONAB, 2019).

Constatou-se também que 80% dos cafeicultores consideram a atividade muito lucrativa, os produtores em sua maioria enfatizaram que o responsável por essa lucratividade apresentada na comercialização do grão se dá pela alta produtividade da lavoura ou pelo valor de mercado atrativo, desconsiderando assim a análise dos custos e despesas empregados na manutenção da plantação.

A fim de verificar indícios de isomorfismo na produção e comercialização do café em grãos, foi observado se havia certa tendência nas técnicas de cultivo adotadas pelos produtores. Pois o isomorfismo ocorre quando as organizações imitam as ações e práticas utilizadas por outras organizações, ou seja, o isomorfismo é a tendência observada entre organizações, resultante de respostas iguais com relação a

situações de incerteza a partir da imitação de decisões de outras organizações (DIMAGGIO; POWELL, 2005; VENARD, 2009; BRANDT, 2010). Para identificar indícios de isomorfismo na produção e comercialização de café em Cacoal, verificou-se há existência das tendências apontadas na Figura 3.

Fenômenos	Tendências
Isomorfismo	Técnica de plantio igual entre os produtores; Semelhança ou padronização quanto à variedade de café plantada; Semelhança ou padronização quanto à técnica de colheita; Técnicas de melhoramento iguais entre os produtores; Troca de outras culturas pela do café; Motivo semelhante para optar em produzir o café.

Figura 3 – Tendências que apontam a presença de isomorfismo.

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Na região estuda, pode-se verificar a existência de algumas tendências que apresentam indícios de isomorfismo na produção e comercialização do café em grãos. Dentre as tendências observadas, destacam-se a variedade de café Conilon e a técnica de colheita manual, ambas estão presentes em 100% das propriedades pesquisadas. Quanto as tendências observadas nas técnicas de melhoramento da produção e da lavoura, pode-se destacar o fato da utilização de mudas clonais, que apresentam alta produtividade, em 85% das lavouras. O melhoramento genético das mudas está aliado ao sistema de irrigação que está presente em 65% das lavouras.

Já em relação aos motivos que fizeram os agricultores optarem pelo cultivo do café, verificou-se entre as respostas apresentadas pelos produtores a presença de duas tendências, haja vista que 55% dos entrevistados escolheram cultivar o café devido ao valor de mercado ser mais atraente que outras culturas. Já a segunda tendência observada foi o fato de 30% dos entrevistados optou pelo café devido à lucratividade e a produtividade que o cultivo apresenta.

Quando foi indagado aos produtores se eles conheciam algum benefício ou incentivo fiscal concedido pelo governo na comercialização de sua produção, verificou-se que 100% deles não conheciam nenhum tipo de benefício ou incentivo fiscal, e quando questionados se o aumento da produção se deu pelo benefício fiscal do Diferimento do ICMS aplicado ao café, verificou-se que todos responderam que não e

que em sua maioria esse aumento da produção se deu devido ao valor de mercado e pela alta produtividade do café do tipo Clonal.

Foi observado também indícios de isomorfismo entre as empresas que foram objeto desse trabalho. Uma tendência verificada entre os empresários foi o fato de todos comercializarem exclusivamente o café em grãos, fato que nos leva a entender que as empresas copiaram de outras organizações modelos, que já eram considerados como os melhores a serem adotados nesse ramo de atividade. Pode-se considerar outra tendência que apresenta indícios de isomorfismo entre os empresários o fato de 4 deles justificarem a opção de comercializar somente o café, pela lucratividade que a comercialização do grão traz para a empresa.

Já em relação a indícios que apontem para a presença de *Path dependence* na produção e comercialização do café pode-se notar a presença de fatos que aconteceram na trajetória do parque cafeeiro cacoalense desde a chegada dos migrantes de outros estados aqui para o município, até os resultados apresentados no resultado da pesquisa. Com a chegada dos migrantes para o município de Cacoal veio também a cultura do cultivo do café nas propriedades rurais, cafeicultura que apresentava até pouco tempo aspectos bem diferentes dos apresentados no cenário atual, visto que a cafeicultura era basicamente constituída de lavouras formadas por meio de café seminal, que não contavam com tecnologias de irrigação, melhoramento de mudas, adubação, dentre outras. Apresentando assim lavouras com baixa produtividade e consequentemente baixa lucratividade.

Porém as lavouras antigas ainda existentes, com baixa tecnologia, estão sendo substituídas de forma constante e gradativa por lavouras novas formadas com cafés clonais, visto que o café clonal conta com alto nível tecnológico, apresentando índices de produtividades cada vez melhores. A renovação das lavouras ocasionou a diminuição da área utilizada para o cultivo do café, visto que o cultivo do café clonal demanda menor área de plantio (OLIVEIRA; ARAUJO, 2015; CONAB, 2018)

Diversas ações foram tomadas para que fosse feita a renovação das lavouras aqui no município, podendo destacar o apoio do governo por meio de suas secretarias e através do Serviços de Extensão Rural realizado pela Emater-RO principalmente para os pequenos produtores, a instalação de unidades de observação e demonstração de

tecnologias para melhorar a produtividade das lavouras do município. Outro fator de importante relevância para esse processo de renovação é a disseminação de informações para os produtores, mediante à realização de dias de campo, feiras de agronegócio, fóruns, concursos de qualidade do café entre outras formas de atuação para incentivar a produção (EMATER, 2013; CONAB, 2018).

O fato de os produtores adotarem as tecnologias de melhoramento das lavouras está condicionado a diversas medidas adotadas na trajetória do cultivo de café aqui no município, conforme apresentado na Figura 4.

Diante disso, pode-se observar que os aspectos verificados no parque cafeeiro cacoalense, não são resultados das escolhas que foram adotadas no início do cultivo do grão aqui no município, mas sim dos eventos e decisões que foram tomadas entre a condição inicial e os resultados.

Podendo ser verificada essa dependência de trajetória quando o governo juntamente com as associações de produtores através da disseminação de informação, da distribuição de mudas geneticamente melhoradas, da realização de cursos entre outras medidas adotadas que buscaram incentivar os produtores rurais a aderirem tecnologias para melhorar a qualidade e produtividade de suas lavouras.



Figura 4 – Índícios de *Path Dependence* na cafeicultura cacoalense.

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Portanto, os resultados apresentados no parque cafeeiro cacoalense são decorrentes de eventos que ocorreram na trajetória do processo produtivo do café, apresentando assim indícios de *Path dependence* na produção do grão. Visto que a *Path dependence* é caracterizada como um modelo de pesquisa histórica, que os resultados obtidos a longo prazo não são determinados por condições iniciais do processo histórico,

mas sim das escolhas ou de eventos que ocorreram entre a condição inicial e os resultados, ou seja, a *Path dependence* está diretamente ligada aos eventos ou escolhas que ocorram na trajetória do processo histórico, não se baseando meramente na condição inicial do processo (GOLDSTONE, 1998).

A fim de responder um dos anseios apresentados nesse trabalho, que é apontar como a presença do ICMS pode ser notada pelos produtores de café aqui no município de Cacoal. Com base nos resultados obtidos na pesquisa, verificou-se que 100% dos produtores rurais não têm conhecimento a respeito da concessão por parte da administração pública do Instituto do Diferimento do ICMS na comercialização do café em grãos dentro do estado. Constatou-se também que em 100% das respostas, o fator que fez com que houvesse aumento na produção não foi a concessão do Diferimento do ICMS na comercialização do café, e sim a produtividade e lucratividade que a renovação do parque cafeeiro proporciona através das técnicas de melhoramento implantadas nas lavouras, juntamente com o valor de mercado do café atrativo em comparação com outras culturas.

No entanto, todos empresários que participaram da pesquisa têm conhecimento sobre o Instituto do Diferimento do ICMS aplicado na comercialização do café dentro do estado, visto que estão em contato direto com esse benefício concedido pela administração pública. Diante do exposto pelos empresários verificou-se algumas influências na comercialização do café advindas do diferimento, destacando-se por parte dos empresários a redução que esse benefício fiscal causa no custo da mercadoria, haja vista que o valor referente ao ICMS não está embutido no preço do produto quando adquirido dos produtores rurais. De modo que o imposto só será cobrado quando o café adquirido dos produtores rurais for comercializado para empresas de fora do estado.

Nessa perspectiva, os empresários demonstraram que têm amplo conhecimento a respeito do diferimento do ICMS aplicado ao café. Apontando, portanto, algumas vantagens que esse benefício fiscal apresenta para as empresas como por exemplo a redução do custo da mercadoria, maior competitividade para a empresa, mais possibilidades de mercado visto que a comercialização dentro do estado não gera impostos a recolher para a empresa e também a desburocratização que o diferimento concede tanto para os produtores, que não estão obrigados a cumprir as obrigações acessórias que a

cobrança do imposto na comercialização da produção acarretaria, quanto para os empresários que vão ser obrigados a recolher o tributo somente quando comercializarem o café para fora do estado.

Facilitando, portanto, o controle da administração pública sobre o tributo em questão, uma vez que o diferimento reúne o ICMS de vários contribuintes em apenas um sujeito passivo que estará obrigado a recolher o imposto bem como cumprir com as obrigações acessórias impostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados apresentados na pesquisa constatou-se que os objetivos propostos foram atingidos, pois eles mostram que a cafeicultura cacoalense está em um processo de renovação, caracterizado por lavouras cada vez mais produtivas criadas devido a adoção de tecnologias de melhoramento da produção e da qualidade do café.

Quanto a percepção do ICMS pelos produtores rurais, os resultados desse trabalho demonstraram que tanto o tributo quanto o diferimento dele só são notados pelos empresários, mas em momento algum pelos produtores rurais. Podendo-se concluir que os efeitos da concessão do diferimento na comercialização do café não podem ser notados de forma explícita na cafeicultura.

Os indícios de isomorfismo na produção e comercialização do café foram percebidos tanto entre os produtores quanto entre aos empresários. Os indícios foram evidenciados devido a presença de algumas tendências em vários aspectos da cafeicultura aqui no município. Indícios da presença de *path dependence* no cultivo do café também foram observados pela pesquisa, a qual mostrou que os aspectos da cafeicultura observados entre os produtores foram dependentes de medidas e ações que foram tomadas no decorrer do processo evolutivo do café aqui no município a fim de renovar a cafeicultura com tecnologias mais produtivas.

Diante do exposto, conclui-se que do ponto de vista da teoria econômica institucional houve sim indícios de *path dependence* e isomorfismo na cafeicultura cacoalense, porém, os efeitos trazidos pela presença desses processos no parque cafeeiro do município não podem ter como causa única e exclusiva o diferimento do ICMS, haja vista que

vários fatores ao longo dos anos influenciaram nesse processo de renovação da cafeicultura.

Dessa feita, recomenda-se para estudos futuros, pesquisas dessa natureza em outros municípios do Estado de Rondônia para conhecer mais a cafeicultura rondoniense através da perspectiva da Teoria Econômica Institucional.

REFERÊNCIAS

- 1 ADERBAL, R. Produtor de Cacaoal vence o concurso de qualidade do Café em Rondônia. **Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais**. 29 set. 2017. Disponível em: <<http://cccmg.com.br/produtor-de-cacaoal-vence-concurso-de-qualidade-do-cafe-em-ro/>>. Acesso em: junho, 2019.
- 2 ARTHUR, B. Positive feedbacks in the Economy. *Scientific American*, v.262, n.2, p.92-99, 1990.
- 3 BATISTA, C. G. Dinâmica dos setores industriais na integração da Amazônia: uma análise a partir da Teoria Institucionalista de Douglass North / Creuza Gomes Batista. -- Porto Velho, Rondônia, 2016.
- 4 BERNARDI, B. B. O conceito de dependência da trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 41, 2012.
- 5 BRANDT, V. A. A contabilidade gerencial e sua relação com a Teoria institucional e a teoria da contingência. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 9, n. 17, p. 135-147, 2010.
- 6 BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. 292 p.
- 7 BUENO, N. P. Possíveis Contribuições da Nova Economia Institucional à Pesquisa em História Econômica Brasileira: Uma Releitura das Três Obras Clássicas Sobre o Período Colonial. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 777-804, out./dez., 2004.
- 8 CECAFÉ, Conselho dos Exportadores de Café do Brasil. **História do Café**. Disponível em: <<http://www.cecafe.com.br/sobre-o-cafe/historia-do-cafe/>>. Acesso em março, 2019.
- 9 CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil. Acompanhamento safra brasileira de café, v. 5– Safra 2018, n. 4 - Quarto levantamento, Brasília, p. 1-84, dezembro de 2018.
- 10 COUTINHO, L.; MONASSA, C. C. S. Vantagens e desvantagens da Substituição Tributária e da Antecipação Tributária do ICMS no Estado de

- São Paulo: Análise de um modelo ideal. **REGRAD-Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM**-ISSN 1984-7866, v. 6, n. 1, 2014.
- 11 CREPALDI, S. A. CREPALDI, G. S. **Orçamento Público**. 1. Ed. Planejamento, elaboração e controle – São Paulo. Saraiva, 2013.
 - 12 CREPALDI, S. CREPALDI, G. S. **Contabilidade Fiscal e Tributária**. 1. Ed. Teoria e pratica – São Paulo. Saraiva, 2014.
 - 13 DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.
 - 14 EMATER. Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **Projeto De Cafeicultura**. Disponível em: <<http://www.emater.ro.gov.br/ematerro/cafeicultura/>> Acesso em: maio, 2019.
 - 15 GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. - São Paulo. Atlas, 2019.
 - 16 GOLDSTONE, J. A. Initial conditions, general laws, path dependence, and explanation in historical sociology. **American Journal of Sociology**, v. 104, n. 3 p. 829, 1998.
 - 17 HANSEN, R. Globalization, embedded realism, and path dependence: the other immigrants do Europe. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 3, p. 259-283, Apr 2002.
 - 18 HOFF, D. N. **A história importa: proposta de estrutura analítica para o estudo de path-dependence**. Ensaios FEE, v. 32, n. 1, 2011.
 - 19 KELM, M. L.; RENZ, C. L. S.; ALLEBRANDT S. L.; SAUSEN, J. O. **Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional**. Rio de Janeiro: FGV EBAPE, 2014.
 - 20 MACHADO, H. de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31. Ed. Revista, atualizada e ampliada – São Paulo. Malheiros, 2010.
 - 21 MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Café no Brasil** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/cafe/cafeicultura-brasileira>>. Acesso em: jun. 2019.
 - 22 MARCONI, M. de Andrade. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**, 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.
 - 23 MARTINS, A. L. **História do café**. 2. ed. - São Paulo. Contexto, 2012.
 - 24 NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.
 - 25 NORTH, D. C. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, jun, p. 359-68, 1994.

- 26 OLIVEIRA, M. No aniversário de 35 anos, Cacoal, RO, tem programação especial. G1, 18 nov. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2012/11/no-aniversario-de-35-anos-cacoal-ro-tem-programacao-especial.html>>. Acesso em: junho, 2019.
- 27 OLIVEIRA, M. Avião é furtado de dentro de hangar em aeroporto de Cacoal, RO. G1, 05 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/2018/11/05/aviao-e-furtado-de-dentro-de-hangar-em-aeroporto-de-cacoal-ro.ghtml>>. Acesso em: junho, 2019.
- 28 OLIVEIRA, O. A. de. **História, desenvolvimento e colonização do estado de Rondônia**. Porto Velho, Dinâmica editora e distribuidora, 2004.
- 29 OLIVEIRA, SJ de M.; DE ARAUJO, L. V. **Aspectos econômicos da cafeicultura**. EMBRAPA Rondônia, 2015.
- 30 PAIVA, L. C. Sistema de produção. **Café nas montanhas**, p. 23, 2013.
- 31 PARADA, J. J. Economía institucional original y nueva economía institucional: semejanzas y diferencias. **Revista de economia institucional**, v.5, n.8, 2003.
- 32 PARANAIBA, A. de C. **Agroindustrialização e incentivos fiscais estaduais em Goiás. 2012. 138 p.** 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Goiás, Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos.
- 33 PERIN, G. Produtor de Cacoal vence o concurso de qualidade do Café em Rondônia. **Gazeta Central**. 23 set. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetacentral.com.br/MateriasDetalhes.phpprodutor-de-cacoal-vence-o-concurso-de-qualidade-do-cafe-em-rondonia>>. Acesso em: junho, 2019.
- 34 PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: **métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: maio, 2019.
- 35 RICMS-RO. **Regulamento do ICMS**. Decreto 22721/2018.
- 36 SABBAG, E. **Manual de Direito Tributário**. 5. ed. – São Paulo. Saraiva, 2013.
- 37 VADE MECUM. 25. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2018. 1736 p.
- 38 VASCONCELOS, F. C.; VASCONCELOS, I. F. F. G. de. Isomorfismo estrutural e os limites da normalização: Dois estudos de caso sobre a implantação das normas ISO 9000 em empresas de informática na França. In: Encontro de Estudos Organizacionais 2. 2000, Curitiba. Anais...

- 39 VENARD, B. Organizational isomorphism and corruption: an empirical research in Russia. **Journal of Business Ethics**, Amsterdam, v. 89, n. 1, p. 59-76, 2009.
- 40 YADOMARI, J. C.; CARDOSO, R. L.; MENDONÇA NETO, O. R. de; LIMA, M. P. de. Fatores que influenciam a adoção de artefatos de controle Gerencial nas empresas brasileiras: Um estudo exploratório sob a ótica da Teoria Institucional. **Revista de Contabilidade e Organizações**. Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p.55-70, 2008.

SOBRE OS AUTORES

Rogério Simão

Mestre em Administração (MS) e professor do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia - UNIR / Campus "Professor Francisco Gonçalves Quiles", em Cacoal, RO. Brasil.

Simone Maria Gonçalves de Oliveira Ulian

Mestra em Direito (MSc) e professora das disciplinas jurídicas do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia - UNIR / Campus "Professor Francisco Gonçalves Quiles", em Cacoal, RO. Brasil.

Lorival Dionatan do Prado Soares

Bacharel em Ciências Contábeis pela UNIR/ Campus "Professor Francisco Gonçalves Quiles", em Cacoal, RO. Brasil.